

Universidade do Estado do Pará
Centro de Ciências Naturais e Tecnologia
Curso de Bacharelado em Relações Internacionais
Trabalho de Conclusão de Curso



BRENDA CRISTINA SEABRA PIMENTA

**SECURITIZAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL:
O caso da Operação Verde Brasil I**

BELÉM-PA

2023

BRENDA CRISTINA SEABRA PIMENTA

**SECURITIZAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL:
O caso da Operação Verde Brasil I**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), apresentado ao Centro de Ciências Naturais e Tecnologia da Universidade do Estado do Pará como requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais em Relações Internacionais.

Orientador (a): Prof. José Cláudio Warken, MSc

BELÉM-PA

2023

BRENDA CRISTINA SEABRA PIMENTA

SECURITIZAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL

Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), apresentado ao Centro de Ciências Naturais e Tecnologia da Universidade do Estado do Pará como requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador (a): Prof. José Cláudio Warken, MSc

Banca Avaliadora

Prof. MSC. José Cláudio Warken
Universidade do Estado do Pará
Orientador (a)

Prof. DSC. Renata Melo Silva de Oliveira
Universidade do Estado do Pará
Avaliador (a)

Prof. DSC. Naiara Ferreira
Universidade do Estado do Pará
Avaliador (a)

Apresentado em: 12/ 01/ 2024.

BELÉM-PA
2023

RESUMO

PIMENTA, Brenda C.S. **SECURITIZAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL: O caso da Operação Verde Brasil I**. Orientador: José Carlos Warken. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Relações Internacionais) - Universidade do Estado do Pará, Belém, 2023.

Este trabalho teve como objetivo geral examinar o processo de securitização da crise ambiental amazônica de 2019, identificando a comunidade internacional, especialmente o presidente francês, como ator securitizador. O estudo apontou a operação Verde Brasil como uma medida excepcional resultante desse processo. Contudo, destacou a dificuldade em confirmar a securitização, uma vez que não foi possível identificar ou relacionar claramente a reação do público ao discurso securitizador.

Palavras-Chave: Securitização, Amazônia, Queimadas, Crise ambiental.

ABSTRACT

PIMENTA, Brenda C.S. **SECURITIZAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL: O caso da Operação Verde Brasil I**. Orientador: José Carlos Warken. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Relações Internacionais) - Universidade do Estado do Pará, Belém, 2023.

This paper had the general objective of examining the securitization process of the 2019 Amazon environmental crisis, identifying the international community, especially the French president, as a securitizing actor. The study pointed to “Operação Verde Brasil” as an exceptional measure resulting from this process. However, it highlighted the difficulty in confirming securitization, since it was not possible to clearly identify or relate the public's reaction to the securitizing discourse.

Keywords: Securitization, Amazon, Fires, Environmental crisis.

LISTA DE ABREVIATURAS

GOL	Garantia da Lei e da Ordem
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IPAM	Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia
RI	Relações Internacionais
SISNAMA	Sistema Nacional de Meio Ambiente
UE	União Europeia

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
2. ESCOLA DE COPENHAGUE	11
2.1. Ampliação do conceito de segurança	12
2.2. Securitização	13
2.3. SECURITIZAÇÃO DA CRISE AMBIENTAL AMAZÔNICA	17
2.4. Os incêndios florestais na Amazônia como uma questão de crise internacional.....	17
2.5. Mecanismos de fiscalização ambiental e a Operação Verde	23
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS	24

REFERENCIAS

**SECURITIZAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL:
O caso da Operação verde Brasil I**

Brenda Cristina Seabra Pimenta

Prof. José Claudio Warken

Resumo

Este trabalho teve como objetivo geral examinar o processo de securitização da crise ambiental amazônica de 2019, identificando a comunidade internacional, especialmente o presidente francês, como ator securitizador. O estudo apontou a operação Verde Brasil como uma medida excepcional resultante desse processo. Contudo, destacou a dificuldade em confirmar a securitização, uma vez que não foi possível identificar ou relacionar claramente a reação do público ao discurso securitizador.

Palavras-chave: Securitização, Amazônia, Queimadas, Crise ambiental.

Abstract

This paper had the general objective of examining the securitization process of the 2019 Amazon environmental crisis, identifying the international community, especially the French president, as a securitizing actor. The study pointed to “Operação Verde Brasil” as an exceptional measure resulting from this process. However, it highlighted the difficulty in confirming securitization, since it was not possible to clearly identify or relate the public's reaction to the securitizing discourse.

Keywords: Amazon, Securitization, Fires, Environmental crisis.

1. INTRODUÇÃO

A Amazônia brasileira está no centro de debates nacionais e internacionais. Devido às grandes reservas de recursos naturais estratégicos presentes na região, ela desempenha um importante papel na geopolítica mundial (AMIM, 2015). Nesse sentido, O aumento do desmatamento, garimpo ilegal, invasão de terras indígenas e as queimadas na região amazônica tem chamado atenção do mundo para o país. Em 2019, especificamente, ocorreu uma elevação alarmante no número de focos de incêndio na região da Amazônia Legal, com o seu auge no mês de agosto daquele ano.

Na área rural brasileira o fogo é uma ferramenta comum, frequentemente utilizada para limpar áreas recém-desmatadas ou pastos. E em muitos casos o fogo escapa ao controle e queima mais áreas do que deveria. No que se refere a Amazônia, as queimadas estão diretamente ligadas à ação humana (SILVÉRIO ET AL. 2019).

O clima também desempenha um papel muito importante na dinâmica do fogo na região. De modo que, em períodos de estiagem severa, aumenta a probabilidade de ocorrência de grandes incêndios florestais. Nas últimas décadas, devido às mudanças climáticas, os períodos de secas extremas na Amazônia têm ocorrido com mais frequência. Além disso, somado ao fator climático, há uma taxa crescente de desmatamento, o que pode levar a incêndios florestais de grandes proporções. Esses fatores geram problemas sociais e econômicos para o país, como o aumento de ocorrência de doenças respiratórias na população, ameaça às áreas de plantio (SILVÉRIO ET AL. 2019), além de grandes dificuldades na comercialização de produtos brasileiros no comércio internacional.

Segundo o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), as queimadas de 2019 na região estão diretamente relacionadas ao avanço da fronteira de desmatamento. No ano de 2019 foi registrado um aumento no número de focos de incêndio em relação aos números dos quatro anos anteriores. De janeiro a agosto daquele ano foram registrados mais de 30 mil focos, o que representa um salto de 60% acima da média dos anos anteriores. Considerando-se que o período de estiagem em 2019 foi mais brando, podemos concluir que esse aumento dos focos de incêndio pode ter sido influenciado pelo desmatamento (SILVÉRIO ET AL. 2019). Ou seja, aumento nos casos de incêndios, em um ano de seca mais suave, indica que o desmatamento pode ser um fator de incentivo às chamadas.

Além disso, o ano de 2019 foi marcado por mudanças na política ambiental brasileira, devido ao início do Governo Bolsonaro. O presidente brasileiro vinha recebendo críticas ao seu posicionamento acerca da questão ambiental desde a sua campanha eleitoral. Nesse contexto, intensificou-se os debates sobre a política ambiental brasileira, preservação ambiental no Brasil e qual postura o Governo brasileiro adotaria em relação às conferências internacionais acerca da questão ambiental. Cordeiro et al. (2022) destaca que a trajetória política do presidente brasileiro foi marcada por diversas declarações polêmicas, as quais foram amplamente divulgadas pela mídia nacional e internacional. Durante o primeiro ano de seu mandato, o presidente promoveu o desmonte das instituições ambientais do Estado, como a transferência da Agência Nacional de Águas para o Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) e do Serviço Florestal Brasileiro para o Ministério da Agricultura (CORDEIRO ET AL, 2022).

Dessa forma, devido ao desmonte promovido nas instituições ambientais, às declarações polêmicas do presidente e os grandes incêndios florestais na região, a cobertura da mídia aumentou e intensificou os debates acerca da preservação, proteção e gestão da Amazônia Brasileira na esfera nacional e internacional. Principalmente quando a fumaça das queimadas começou a chegar ao sudeste e sul do Brasil, a repercussão na mídia mundial foi forte e imediata e o fenômeno direcionou os holofotes para a Amazônia. A repercussão e as críticas foram tantas que os governos Federal e Estaduais tomaram medidas de contenção do problema.

Na tentativa de demonstrar o seu compromisso no combate dos crimes ambientais, o Governo deflagrou a Operação Verde Brasil, autorizando, por meio de decreto presidencial, o emprego das Forças Armadas para a Garantia da Lei e da Ordem. Essa operação foi estendida pelo ano de 2020, com o nome de Operação Verde Brasil II (2020).

Nesse contexto, o presente estudo visa investigar a crise ambiental amazônica de 2019, especificamente o período do mês de agosto - que foi o mais intenso, tanto em relação ao aumento dos focos de chamas, quanto na repercussão entre os atores da comunidade internacional -, à luz da Teoria de Securitização.

O conceito de "Securitização" foi desenvolvido pela Escola de Copenhague e sua ideia consiste na ação de extrema "politização" de um determinado assunto, quando o tópico passa de "politizado" para "securitizado". Isto é, quando um tema deixa de ser tratado como uma questão política, e passa a ser tratado como questão securitária (BUZAN ET AL., 1998; MUHAMMAD E RIYANTO, 2021). De acordo com Buzan et al, uma questão configura-se como "securitizada" quando é expressada, por meio do discurso, como uma ameaça existencial – diante do público –, e que são necessárias medidas excepcionais para solucioná-la. Além disso, para Barbosa e Souza (2010), "A teoria da securitização deve ser entendida como o estudo

de ameaças subjetivas, definidas em um processo intersubjetivo de construção de entendimentos sobre a realidade".

Em suma, o trabalho tem como objetivo principal analisar a construção da crise ambiental amazônica de 2019 como uma “ameaça” à segurança, demandando medidas emergenciais para ser combatida. Para alcançar o alvo tem-se como objetivos específicos:

1. Identificar o agente securitizador e o movimento securitizador.
2. Identificar a medida excepcional adotada.

O trabalho busca responder a seguinte pergunta-problema: de que forma ocorreu a securitização da crise ambiental na Amazônia Brasileira em 2019?

Para isso, o desenho da pesquisa adota uma abordagem de estudo de caso qualitativo, por meio do qual pretende-se estudar de maneira aprofundada um objeto a fim de buscar o seu amplo e detalhado conhecimento, o que, de acordo de Yin (2001, p. 21), é uma estratégia de pesquisa que surge do desejo de compreender fenômenos sociais complexos. Aplicado a esta pesquisa, tal procedimento permite um aprofundamento no objeto de estudo, permitindo analisar o processo de construção da crise ambiental amazônica de 2019 como ameaça. A pesquisa relaciona-se com a linha de pesquisa 4, a qual estuda questões relativas à paz e a segurança internacional. Ademais, o método que será utilizado na pesquisa é o dedutivo. De acordo com Marconi e Lakatos (2003), este método parte de teorias e leis que, de maneira geral, predizem a ocorrência de fenômenos particulares. No que se refere a natureza da pesquisa, ela pode ser classificada como qualitativa, uma vez que os conteúdos estudados não são quantificáveis (MARCONI E LAKATOS, 2003). E o presente trabalho possui um caráter básico, pois busca abordar uma teoria base dos estudos de segurança.

Nesse sentido, primeiramente, a revisão bibliográfica proporcionou o embasamento teórico necessário. Serviram como referências principais as obras de Buzan et al e Waever, “Security: A New Framework of analysis” (1998) e “Securitization and Desecuritization” (1995), além de artigos científicos e outros textos que abordam a teoria de securitização, encontrados através do Google Acadêmico, por meio da busca das seguintes palavras-chave: “Escola de Copenhague”, “Securitização”, “Segurança” e “Securitização Ambiental”. Dentro desses portais, as referências bibliográficas foram selecionadas a partir da relevância quanto ao tema abordado.

A coleta de dados foi realizada através da análise de discursos e documentos oficiais relacionados à crise, com ênfase em fontes primárias, como discursos de autoridades governamentais e documentos de organizações ambientais, além de fontes secundárias, como notícias. A identificação do agente securitizador envolve uma análise criteriosa dos discursos e

ações de diferentes atores, considerando fatores geopolíticos, econômicos e sociais que possam ter influenciado esse papel. Enquanto isso, a identificação do movimento securitizador analisa a narrativa utilizada para enquadrar a crise como uma ameaça à segurança, com atenção à sua disseminação em diversos contextos. E por fim, para a identificação da medida excepcional, investigando as ações concretas tomadas em resposta à crise, buscando identificar alguma que escape do escopo normal das políticas ambientais na Amazônia Legal Brasileira. Já a análise de resultados compreende a comparação das narrativas identificadas com os desdobramentos práticos, proporcionando uma visão crítica sobre as implicações da securitização na gestão ambiental e nas RI. Dessa forma, espera-se que esta pesquisa contribua significativamente para o entendimento do processo de securitização em crises ambientais.

Esta pesquisa justifica-se na importância da sua contribuição para a compreensão da securitização ambiental. Ao investigar como as crises ambientais são enquadradas como questões de segurança, a pesquisa amplia o entendimento teórico nesse campo emergente, proporcionando uma base para futuras análises.

O artigo está dividido em três tópicos, além da introdução. No primeiro tópico será feito uma revisão bibliográfica acerca da Teoria de Securitização e uma análise do conceito de segurança para os pesquisadores da Escola de Copenhague. O segundo tópico abordará a construção da crise ambiental amazônica como uma questão de segurança e os mecanismos adotados pelo Governo brasileiro no combate a crise. E por último, tem-se a conclusão, na qual é respondida à pergunta de pesquisa.

2. ESCOLA DE COPENHAGUE.

A Escola de Copenhague, oficialmente chamada *Copenhagen Peace Research Institute (COPRI)*, teve sua origem na década de 1980, com o objetivo de promover estudos para a paz. Centrada em acadêmicos ligados, principalmente, à Universidade de Copenhague, na Dinamarca. Dentre seus membros, destacam-se figuras como Ole Wæver e Barry Buzan. A escola é considerada referência na área de estudos de segurança internacional (TANNO, 2003). O surgimento do instituto dinamarquês durante a Guerra Fria, num tempo em que as teorias tradicionais das Relações Internacionais (RI) - como realismo e liberalismo - dominavam todos os debates do campo. Essas teorias focam mais em questões de poder, segurança (centrado principalmente na esfera militar) e interesses nacionais. À medida que a Guerra Fria se encaminhava ao fim e o mundo se preparava para uma nova configuração do sistema internacional, alguns pesquisadores sentiram a necessidade de desafiar esses conceitos tradicionais e explora novas abordagens para entender a dinâmica das relações entre Estados e

atores internacionais (TANNO, 2003). Nesse sentido, o contexto político da Guerra Fria e os debates sobre segurança e identidade desempenharam um papel significativo na formação da Escola de Copenhague. A necessidade de repensar a segurança num mundo pós-Guerra Fria caracterizado por mudanças na ordem mundial teve um impacto direto no surgimento de novas perspectivas sobre o conceito de segurança e o seu significado.

Segundo Tanno (2003), o início dos trabalhos da Escola de Copenhague está associado aos debates acadêmicos da década de 1980 e à vontade de repensar a inclusão do Continente Europeu na ordem internacional pós-Guerra Fria. Ressalta-se o teor europeu do instituto dinamarquês, considerando que foi dada prioridade às pesquisas dedicadas às temáticas “Europa” e “Segurança Europeia”.

“Os livros *European Polyphony* (Wæver et alii, 1989), *The European Security Order Recast* (Buzan et alii, 1990) e *Identity, Migration and the New Security Agenda in Europe* (Wæver et alii, 1993), escritos no imediato fim da Guerra Fria, constituem uma tentativa de mapear cenários de segurança para uma Europa situada em novo contexto.” (TANNO, 2003)

Quando se fala acerca dos Estudos de Segurança, a escola dinamarquesa é uma referência. Algumas das suas contribuições foram a ampliação do conceito de segurança (para além do âmbito militar), desenvolvimento da Teoria da Securitização, da Teoria do Complexo Regional e, por fim, a reafirmação “que a securitização se encontra intrinsecamente ligada à interligação de todos os seus elementos” (REIS, 2022). Além disso, o grupo também desempenhou um papel no desenvolvimento do construtivismo nas RI.

2.1 Ampliação do conceito de Segurança.

Após o término da Guerra Fria foram suscitados debates acerca da redefinição do conceito de segurança utilizado em RI. Buscava-se romper com a visão realista de segurança, que conectava o termo exclusivamente ao Estado e aos aspectos militares e estratégicos. Diante disso, as discussões acerca do tema possibilitaram o desenvolvimento de três vertentes teóricas: a Tradicionalista, a Abrangente e a Crítica. A Escola de Copenhague é caracterizada como abrangente. Segundo essa perspectiva teórica, os estudos de segurança devem agregar tanto as ameaças militares quanto aquelas decorrentes das áreas política, econômica, ambiental e societal (TANNO, 2003).

De acordo com Buzan, Wæver e Wilde (1998), o debate entre “amplo” (“*wide*”) e “estreito” (“*narrow*”) “inicia-se da insatisfação com o intenso estreitamento do campo de estudos de segurança imposto pelas obsessões militares e nucleares da Guerra Fria”. Essa

insatisfação surge inicialmente nas décadas de 70 e 80 com a ascensão das agendas econômicas e ambientais, e nos anos 90 é estimulada pelo aumento das preocupações com questões identitárias e de criminalidade transnacional. Os autores ressaltam que uma das críticas dos tradicionalistas àqueles que buscavam a ampliação do conceito é de que, ao ampliar a agenda de segurança para fora do domínio militar, pode correr o risco de expandir excessivamente os "Estudos de Segurança". Isto é, ao estender demasiadamente o conceito de segurança aumenta o risco de perder a clareza e a coerência na análise das ameaças à segurança, além disso pode ocorrer também o desvio do foco principal; com a inclusão de novas questões de segurança perde-se o foco na investigação de verdadeiras ameaças.

Em resposta a essas críticas, no livro "Security: A New Framework for Analysis", Buzan, Wæver e Wilde (1998) argumentam a favor da ampliação da agenda de segurança, aberta a diferentes formas de ameaças. Pois, segundo eles, ameaças e vulnerabilidades podem surgir em diferentes áreas, tanto militares quanto não militares. Por conta disso, os autores se posicionam contra a perspectiva de que "o centro dos estudos de segurança é a guerra e a força, e que outras questões só são relevantes se se relacionarem com esses elementos". Desse modo, buscando construir uma nova perspectiva dos estudos de segurança, focam na "exploração de ameaças a objetos referentes e a securitização dessas ameaças, que podem ser militares e não militares". Sobre a questão de expansão demasiada do conceito poder causar uma "incoerência", os ampliadores sugerem encontrar coerência explorando a própria lógica da segurança, para descobrir o que distingue os processos de segurança e securitização da mera política.

Nesta perspectiva, na qual as ameaças são capazes de emergir em diferentes tipos de setores (político, econômico, militar, social e ambiental), ficam as perguntas: o que se caracteriza como um problema de segurança? Como uma questão se torna um problema de segurança?

A segurança, como o próprio Wæver cita, é um 'ato de fala'. Em suma, o conceito de segurança deixa de ser somente sobre questões militares e estratégicas, e passa a abranger diferentes tipos de setores: político, econômico, militar, social e ambiental. Dessa forma, temas como crise climática, degradação ambiental, escassez de recursos naturais e migração podem se tornar questão de segurança. Desde que um 'ator' - atribuído de poder para tal - através do discurso apresente para audiência esses temas como uma ameaça à existência do Estado, "reivindicando o direito especial de usar todos os meios necessários para bloqueá-lo" (WAEVER, 1995).

1.2 Securitização

A Teoria da Securitização foi inicialmente introduzida por Ole Wæver no artigo “Securitization and Desecuritization” (1995) e melhor desenvolvida por Buzan, Waever e Wilde —, no livro *Security: a New Framework for Analysis* (1998) (HOFF, 2017). “Segurança é o movimento que leva a política para além das regras estabelecidas do jogo e enquadra o problema como um tipo especial de política” (BUZAN ET AL, 1998). Nesse sentido, o conceito de "Securitização" trata de uma ideia que consiste na ação de extrema "politização" de um determinado tema, quando o assunto passa de "politizado" para "securitizado". Nesse contexto, qualquer questão pública pode ser localizada no espectro que varia do “não politizado” – quando não é objeto de debate e decisão públicos –, passando pelo “politizado” – passa a fazer parte da política pública –, alcançando o “securitizado” – começa a ser visto como questão de segurança (BUZAN ET AL, 1998; MUHAMMAD E RIYANTO, 2021).

Para melhor análise da segurança, Buzan propõe a divisão de setores: militar, político, econômico, ambiental e societal. Em termos militares, todas as questões dentro da área são ameaças, enquanto no âmbito político as ameaças geralmente estão relacionadas à soberania da unidade ou com a continuidade de um regime ideológico. No setor econômico as ameaças não são tão claras, e costumam corresponder à sobrevivência de mercados e ao acesso/proteção de recursos. No campo ambiental as problemáticas tendem a dirigir-se para os mais variados temas, como a manutenção de ecossistemas, de espécies isoladas ou o aquecimento global. Por último, o setor societal relaciona-se às identidades coletivas e sua conservação em situações cambiantes (BUZAN ET AL, 1998).

Segundo Hoff (2017), a teoria engloba a relação entre linguagem e realidade, incluindo, dessa forma, a linguagem como uma ferramenta para o entendimento das “dinâmicas de construção de ameaças, de legitimação de ações defensivas e, ainda, para a consolidação das percepções a respeito de quem é o agente a ser seguro no campo de segurança internacional”. Barbosa e Souza (2010) destaca que,

"O processo de securitização pode ser entendido como aquele em que um dado objeto de referência é tratado por determinado ator – o ator securitizador – como se estivesse sob uma ameaça existencial. O ator securitizador passa a reivindicar junto à audiência o uso extraordinário da força e a adoção de medidas emergenciais para conter a ameaça." (BARBOSA E SOUZA, 2010)

Dessa maneira, para se analisar esse processo, é necessário estudar os discursos de securitização e as constelações políticas que os proferiram, “buscando investigar quais as ferramentas retóricas com efeitos suficientes para convencer a audiência de sua validade”

(BUZAN ET AL, 1998). A argumentação dos agentes securitizadores abarcam um sentido de prioridade e urgência do problema, de modo que as regras e procedimentos convencionados possam ser ignorados.

Os autores da teoria ressaltam que existem limites para a execução da securitização. Segundo eles, nem todo discurso que pretende elevar uma questão da política normal para a emergência acaba bem-sucedido. Esse intento discursivo é definido como o movimento de securitização, e, um problema só pode ser considerado securitizado quando a audiência for convencida da excepcionalidade da situação, legitimando as medidas emergenciais de contenção da ameaça (BUZAN ET AL, 1998). Em suma, o ator securitizador, por meio dos atos de fala, concede caráter prioritário e imediato ao tema securitizado, construindo assim um entendimento compartilhado da iminência do perigo. Ressalta-se que a importância de que no ato de fala exista a indicação de uma ameaça existencial, requerendo ações emergenciais e medidas extraordinárias.

Segundo os autores, a segurança não deve ser vista como positiva, apoiada na perspectiva de que “quanto mais segurança no mundo melhor” (BUZAN ET AL). Para esses autores, essa noção deve ser invertida, é necessário que se abandone a idealização da segurança como um objetivo final das nações ou indivíduos. Buzan et al argumenta que a segurança significa que ocorreu um fracasso na solução do problema de maneira satisfatória através da política; desse modo tornou-se necessária a utilização de medidas extraordinárias, o que abre espaço para ações isentas de responsabilidade social com o problema. Os autores defendem, então, o processo de dessecuritização política como a forma mais adequada para a resolução dos problemas de segurança (BUZAN ET AL, 1998).

Destacam-se os conceitos em volta dos quais a teoria se desenvolve: movimento de securitização, atos de fala, ator securitizador, objeto de referência e medidas excepcionais. O "ator securitizador" é aquele que inicia o movimento de securitização através do discurso – ato de fala –, no qual declara que algo – objeto de referência – está existencialmente ameaçado. Segundo Muhammad e Riyanto (2021), os atores mais comuns da securitização são líderes políticos, governos e organizações de pressão. Ademais, algumas das formas de verificar se houve a "Securitização" é por meio da análise do discurso do agente securitizador, e "por meio da análise das medidas extraordinárias que fogem do escopo da política normal" (SILVA E PEREIRA, 2019).

Sobre a aplicabilidade da teoria, no campo de estudo da Segurança Internacional, o conceito de “Securitização” tem sido utilizado para analisar ameaças à segurança nos diferentes tipos de setores. No artigo “George W. Bush e a Securitização do Terrorismo após os Atentados

de 11 de setembro de 2001” (HOFF, 2017), a autora procura analisar, por meio das falas do Presidente norte-americano, a construção discursiva do terrorismo como uma ameaça à segurança global. Hoff (2017) ressalta que a securitização do terrorismo pelos estadunidenses foi tão elevada, que a temática se tornou uma ferramenta dos interesses norte-americanos no Oriente Médio. Também, em um contexto mais recente, o artigo “A securitização do terrorismo nos atentados da França e as medidas excepcionais no Governo Hollande” (MENDES E GÓES, 2023), trata dessa questão no cenário dos atentados terroristas ocorridos em 2015.

A teoria também é utilizada em estudos sobre tópicos como narcotráfico, crime organizado e crimes transnacionais. No texto “A securitização do narcotráfico colombiano: uma perspectiva construtivista” (SANTOS; PEREIRA; CHAVES, 2018), os autores buscam analisar como ocorreu o processo de securitização do narcotráfico colombiano por parte dos EUA. A construção do narcotráfico como ameaça se dá sob a premissa de que os narcóticos estariam prejudicando o convívio social e a sobrevivência da sociedade como um todo. A respeito dessas temáticas, ressalta-se, também, o trabalho “O Processo de securitização do narcotráfico transnacional”, o qual aborda sobre o processo de securitização do combate ao crime organizado no Brasil (SILVA, 2021).

A securitização dos processos migratórios também é bastante discutida na área de estudos da teoria. Destacam-se os trabalhos sobre o caso brasileiro, abordando a crise migratória Venezuelana, como no texto de Grigoli (2021), que investigou a securitização no caso da migração venezuelana através das operações “Acolhida”.

No setor ambiental, os estudos, baseados nesse conceito, estão concentrados, principalmente, na temática de crise climática. A esse respeito, há o trabalho de Barbosa e Souza (2010), no qual as autoras fazem uma análise do papel da União Europeia (UE) no processo de securitização das mudanças climáticas. A partir dessa investigação, surgem alguns pontos acerca da securitização no campo ambiental: primeiramente, a menção a uma problemática de segurança, ligada a um possível surgimento de conflitos, tem levado a UE a investir em medidas estruturais de abordagem preventiva e na diplomacia preventiva, além do fortalecimento do multilateralismo; em segundo lugar, foi verificado que muitos movimentos securitizadores das mudanças climáticas resultaram na sua politização. O que vai de encontro com o argumento dos desenvolvedores da teoria que declaram que resolver um problema de segurança não deve envolver a politização desse problema (WAEVER, 1995; TROMBETTA, 2006; BARBOSA E SOUZA, 2010).

Percebe-se que essa questão sugere que a securitização no setor ambiental pode admitir formas distintas, demonstrando que evocar segurança neste setor não parece tão problemático

quanto Buzan et al. (1998) afirmam ser” (BARBOSA E SOUZA, 2010). Como base para esse argumento as autoras citam:

“Apesar disso, “as várias politizações das questões ambientais que seguiram o apelo à segurança – aquelas que a Escola de Copenhague rejeita, definindo como securitizações falidas – parecem reforçar o argumento, sugerido por Edkins (1999), de que é uma tendência politizar questões por meio de sua securitização” (TROMBETTA, 2006; BARBOSA E SOUZA, 2010).

Nesse sentido, conclui-se que as medidas reativas não são a única forma de lidar com a ameaça da crise climática; em vez disso, medidas preventivas têm surgido como uma maneira alternativa para tratar essa problemática. Desse modo, medidas como a administração de riscos, a prevenção de conflitos e o multilateralismo se posicionam como respostas prováveis à discussão sobre segurança e mudanças climáticas (BARBOSA E SOUZA, 2010).

Apesar da teoria da securitização ser uma importante ferramenta para a compreensão da segurança, existem certas limitações de alguns conceitos e aparatos de análise que dificultam ou impactam na pesquisa. Ao longo dos anos a teoria recebeu muitas críticas em relação a: ênfase nos atos de fala das elites - de acordo com essas críticas, “a estrutura de securitização é restrita ao enfatizar o discurso dos atores dominantes, geralmente líderes políticos, tanto pela desconsideração de outras formas de comunicação quanto pela exclusão de outras vozes”; a excepcionalidade das medidas - existem debates sobre se a ocorrência ou não de medidas extraordinárias devem determinar o sucesso da securitização; por último, em relação a conceituação de audiência, critica-se o fato da teoria não oferecer nenhum tipo de definição de quem ou o que constituiria a audiência. Nesse contexto, muitos pesquisadores, em seus estudos, enfrentam dificuldades na comprovação empírica do processo de securitização, “principalmente ligadas a demonstrar como determinada audiência recebe e reage aos discursos de securitização” (SILVA E PEREIRA, 2019).

Em resumo, a Teoria de Securitização de Buzan é uma ferramenta valiosa para analisar e abordar os desafios de segurança contemporâneos, pois promove um entendimento mais amplo e adaptável das dinâmicas de segurança. Todavia, a teoria ainda apresenta limitações, o que dificulta a comprovação de alguns processos de securitização.

3. SECURITIZAÇÃO DA CRISE AMBIENTAL AMAZÔNICA

3.1 Os incêndios florestais na Amazônia como uma questão de crise internacional.

Como preconiza a Teoria de Securitização, um ponto central na construção de uma ameaça é o discurso securitizador; os atos de fala - proferidos pelo ator securitizador - também são classificados como movimentos securitizadores. Nesse sentido, objetivando investigar esses possíveis movimentos desencadeados acerca da crise ambiental amazônica de 2019. Ressalta-se que, no que tange ao setor ambiental, as ameaças são apresentadas de maneira a ser evidenciada a gravidade e a urgência.

Nos incêndios florestais de 2019, o período de maior incidência de focos de calor ocorreu no mês de agosto, quando também houve grande repercussão na mídia nacional e internacional, principalmente por conta de a fumaça das queimadas terem chegado à região sudeste do país (Silvério et al, 2020). Especificamente no dia 19 de agosto, uma nuvem carregada de chuva e partículas de fumaça “escureceu” o céu da cidade de São Paulo; manchetes, com os dizeres “o dia virou noite”, rodaram por todos os veículos de comunicação, tanto nacionais quanto internacionais (ALENCAR ET AL, 2019).

Após esse acontecimento, diversos líderes políticos e ONGs se manifestaram pedindo a proteção da floresta amazônica. Dentre os líderes políticos que se pronunciaram sobre a questão, destaca-se o presidente francês, Emmanuel Macron, que se expressou em mais de uma ocasião. Diante disso, para a análise do discurso com o objetivo de identificar características securitizadoras, será feita a investigação no discurso do chefe de Estado francês, para assim poder identificar se ele atuou como agente securitizador no caso do processo de securitização da crise ambiental amazônica.

Segundo Hoff (2017), há evidências da importância da análise do discurso para os estudos de segurança. Como o discurso é utilizado como representação social por meio da qual os sujeitos constroem sua própria identidade e, ao mesmo tempo, formam a identidade de outros indivíduos com o mundo, isso ocasiona uma relação dialética entre o discurso e a estrutura social. A autora destaca que “o discurso representa o mundo social”, o seu significado vai depender do meio no qual está inserido. Entende-se que o discurso é a linguagem que, como prática social, é determinada pela estrutura social. Como prática política, o discurso pode estabelecer, manter e transformar as relações de poder e as entidades coletivas (FAIRCLOUGH, 2001; HOFF, 2017). Diante disso, a análise do discurso nos permite entender como atores internacionais moldam a percepção de ameaças, legitimam ações e constroem identidades. Além disso, com a importância dada aos ‘atos de fala’ pela Escola de Copenhague, a análise do discurso se mostra uma relevante ferramenta para investigar o processo de securitização.

Vale ressaltar, ainda, a importância das mídias sociais para a comunicação dos chefes de Estado com suas audiências. No caso dos incêndios florestais amazônicos, as redes sociais

oficiais dos chefes de Estado se tornaram o principal veículo de comunicação, para que eles pudessem expressar seus pronunciamentos acerca do tema. Compreendendo que os discursos, ou falas, emitem certo nível de poder que depende majoritariamente do emissor, percebe-se que os meios de comunicação modernos podem colaborar para a disseminação de discursos políticos e, dependendo do contexto, podem gerar impactos negativos para o Estado.

Em seu artigo, Alves et al (2022), destaca que o discurso de um chefe de Estado por meio de suas redes oficiais pode levar a audiência a cometer ações criminosas, como exemplo os autores citam os ocorridos no EUA em 2020, quando uma postagem do ex-presidente norte-americano, Donald Trump, levou milhares de cidadãos estadunidenses a invadir o Congresso do país.

As redes sociais têm sido utilizadas pelos chefes de Estado para se comunicar diretamente com o público. Dessa forma, apesar das redes sociais inicialmente surgirem como um meio informal de comunicação, quando operadas por esses líderes políticos elas perdem o seu sentido inicial. Assim, “os discursos proferidos e a maneira como o são, afetam a sociedade de maneira completamente diferente”, como no caso da invasão do Congresso norte-americano (ALVES ET AL, 2022).

Nesse contexto, compreendendo que as redes sociais - especialmente o Twitter/X - foram os principais veículos de comunicação usados pelos líderes políticos para pronunciamentos acerca da crise ambiental amazônica, buscou-se analisar, além de entrevista e declarações oficiais, as postagens do presidente francês na rede social - ocorridas durante o mês de agosto de 2019. Foram escolhidas postagens, cujo teor está relacionado aos incêndios florestais na Amazônia.

Antes de tudo, para melhor análise do discurso, é necessário entender o contexto no qual ele está inserido. Nesse sentido, ressalta-se que política ambiental brasileira é um importante tópico de discussão e discordância entre os governos brasileiro e francês, em diversos momentos ocorreram trocas de acusações entre os seus representantes.

Em junho de 2019, foram concluídas as negociações - que perduraram por cerca de 20 anos - do Acordo de Livre Comércio entre União Europeia (UE) e Mercosul e depende, agora, somente da assinatura e da ratificação (CARVALHO, 2022). O anúncio do fim das negociações despertou diferentes reações entre os membros dos dois blocos; se pelo lado dos chefes de Estado do Mercosul a notícia foi recebida com celebração, no lado da UE o anúncio recebeu críticas. A porta-voz do Governo francês, no dia 2 de julho, deu uma entrevista para a rede televisiva francesa, na qual declarou que a França ainda não estava preparada para ratificar o

acordo. Além disso, Sibeth Ndiaye, expressou preocupações com os possíveis impactos desse acordo para o setor agrícola do país (FRANÇA, 2019).

As principais críticas dos países-membros da UE se concentram na questão do desmatamento e do impacto ambiental associado à expansão da agricultura intensiva. A produção agropecuária é vista como contribuinte para práticas ambientalmente prejudiciais (CARVALHO, 2022). Ademais, o Governo francês teme que a diminuição de tarifas para produtos sul-americanos, especialmente brasileiros, possa prejudicar a produção local. Nesse sentido, questões como a do desmatamento são utilizadas para tentar barrar os avanços do acordo.

É nesse contexto que se inicia o mês de agosto de 2019, o período de maior repercussão dos incêndios. As notícias sobre as queimadas começaram a correr o mundo, com os grandes meios de comunicação internacionais divulgando os dados sobre o aumento dos focos de incêndio na região. A situação do fogo na Amazônia gerou diversas reações na comunidade internacional, com líderes políticos e Organizações Internacionais expressando suas preocupações com a Amazônia. O primeiro chefe de Estado a se manifestar foi o presidente francês, que, em sua rede social oficial, postou a mensagem:

“Nossa casa está queimando. Literalmente. A floresta amazônica - o pulmão que produz 20% do oxigênio do nosso planeta - está em chamas. É uma crise internacional. Membros da cúpula do G7, vamos discutir esta emergência de primeira ordem em dois dias”. (MACRON, 2019)

Observa-se que, nessa fala, o presidente buscou destacar a importância ambiental da região, mencionando que “produz 20% do oxigênio do planeta”. Além disso, ao classificar a questão como uma “crise internacional”, entende-se que a questão não é apenas uma problemática regional, mas sim global. Por fim, ele ressalta o caráter emergencial dessa crise. Vale evidenciar que, no dia 24 de agosto de 2019, ocorreu na França a 43ª Cúpula do G7, e um dos temas que o governo francês queria trazer para discutir no fórum era a questão das mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável. Em seu discurso feito no primeiro dia da cúpula, o declarou que:

“[...] E trabalharemos pela biodiversidade. O chamado da floresta é a Amazônia, a Amazônia é o nosso bem comum. Estamos todos preocupados, a França, sem dúvida, ainda mais do que outros nesta mesa, já que somos amazônicos, a Guiana está na Amazônia e portanto na Amazônia, vamos lançar, não apenas um apelo, mas uma mobilização de todos os poderes que estão lá, mas em parceria com os países da Amazônia, para investir primeiro no combate a esses incêndios que estão em andamento e para ajudar o Brasil e todos os demais países afetados [...] floresta de que precisamos porque é um tesouro de biodiversidade e porque é um tesouro para o

nosso clima graças ao oxigênio que emite e o carbono que captura”. (MACRON, 2019)

O discurso novamente aborda a urgência do combate aos incêndios. Além disso, mais uma vez ele coloca a Amazônia como um “bem” global, e novamente ressalta a importância da região, ao destacar a relevância dela para o clima do planeta. Macron também sugere uma abordagem colaborativa para enfrentar a crise, envolvendo a cooperação entre os Estados da região e outros atores internacionais.

Em uma coletiva de imprensa dada no dia 25 de agosto de 2019:

“[...] Todos concordamos em ajudar os países atingidos por esses incêndios o mais rápido possível. Há vários esta manhã – a Colômbia apelou à comunidade internacional – por isso temos de estar presentes, por isso vamos finalizar isso. [...] Há várias sensibilidades que se expressaram em torno da mesa porque tudo isso também depende dos países da Amazônia. Sabemos do apego à soberania nacional que esses países têm que é bastante legítimo, a França aliás lembro que faz parte disso: somos um dos 9 países amazônicos pela Guiana. Mas temos que ser muito claros: respeitando a soberania, temos que ter um objetivo de reflorestamento e temos que ajudar cada país a se desenvolver economicamente. Mas o desafio da Amazônia, tanto para esses países quanto para a comunidade internacional, é tal em termos de biodiversidade, oxigênio e combate ao aquecimento global que precisamos avançar com esse reflorestamento. Então, o que estamos trabalhando é em um mecanismo de mobilização internacional para poder ajudar esses países de forma mais efetiva, mas com eles”. (MACRON, 2019)

Um ponto a se destacar da fala do presidente francês, é a menção ao “apego à soberania” dos países amazônicos. Após o seu primeiro pronunciamento acerca da questão da crise ambiental amazônica, Macron recebeu uma série de críticas por parte do governo brasileiro. As críticas foram de que ele estaria agindo sob uma mentalidade colonialista para com os países da região, além de estar questionando a soberania do Estado brasileiro sobre a Amazônia (BOLSONARO, 2019). Além disso, O presidente menciona um mecanismo de mobilização internacional para ajudar de forma efetiva, indicando a busca por uma abordagem coordenada e a participação de vários atores globais.

“A Amazônia absorve 14% do CO2 global. A perda do pulmão do planeta é um problema global, nenhum país pode dizer que se trata apenas dele. É por isso que o G7 está a mobilizar-se para responder à crise”. (MACRON, 2019)

Por fim, no último pronunciamento acerca do tema - no mês de agosto, ele voltou a falar sobre a questão na conferência da ONU em setembro -, Macron voltou a ressaltar a importância da região para a regulação climática global. A afirmação de que a perda da Amazônia é um "problema global", enfatiza a ideia de responsabilidade compartilhada. O discurso sugere que a questão transcende fronteiras nacionais e requer uma resposta coordenada. E, a referência à mobilização do G7 sugere um argumento para intervenção internacional, indicando que a crise na Amazônia não pode ser resolvida apenas por um país, fortalecendo a ideia de uma responsabilidade global. A afirmação de que nenhum país pode considerar a Amazônia apenas

como seu problema, apela à consciência ambiental e à compreensão de que a preservação da região é do interesse de toda a humanidade.

Deve ser lembrado que a securitização é uma abordagem que investiga como certas questões são "securitizadas" ou transformadas em questões de segurança para legitimar ações extraordinárias (BUZAN ET AL, 1998). Na securitização ambiental, o discurso, muitas vezes, procura gerar uma percepção de urgência, destacando as consequências graves e imediatas associadas à questão ambiental (BARBOSA E SOUZA, 2010). Dessa forma, foram constatadas características securitizadoras no discurso do presidente francês. Por exemplo, os discursos destacam a relevância mundial da Amazônia, mencionando sua importância para o clima global, biodiversidade e "produção de oxigênio", deixando claro que a perda desse bioma afetaria a todos. Isso pode ser interpretado como uma tentativa de securitizar a questão ambiental, destacando as consequências globais e a urgência de uma resposta coordenada. E, ao convocar a comunidade internacional para ação imediata, a questão da crise ambiental amazônica é tratada como uma emergência que requer a mobilização de recursos e a cooperação global.

Em resumo, o discurso do chefe de Estado francês, apresenta os incêndios florestais na Amazônia como uma situação que pode desencadear impactos a nível global - é, portanto, uma ameaça à segurança -, e por conta disso necessita de uma mobilização internacional no combate a essa problemática.

Além disso, seguindo o exemplo do presidente francês, diversos outros atores da comunidade internacional também manifestaram publicamente suas opiniões acerca da crise ambiental. O presidente do Conselho da União Europeia, Donald Tusk, expressou sua preocupação com os recentes acontecimentos na região declarando que "a queima da floresta amazônica se tornou outro sinal deprimente dos nossos tempos". Tusk, também, se mostrou preocupado com o andamento do acordo UE-Mercosul, de acordo com ele, "é difícil imaginar um processo harmonioso de ratificação pelos países europeus enquanto o governo brasileiro permitir a destruição dos pulmões verdes do Planeta Terra" (TUSK, 2019).

Dentre os líderes europeus que se pronunciaram sobre as queimadas na Amazônia, se encontra a primeira-ministra alemã, Angela Merkel, que através de um porta voz oficial, declarou - em 23 de agosto - que "a magnitude dos incêndios é preocupante e ameaça não só o Brasil e os outros países afetados, mas também o mundo inteiro". Além disso, Merkel endossou os apelos do presidente francês para que os incêndios florestais fizessem parte das temáticas que seriam debatidas na reunião do G7 (BBC, 2019). E em conferência de imprensa durante a cúpula, a primeira-ministra disse que entende que a Amazônia é um "território brasileiro", mas

ressalta que a crise na região é uma “questão global” e que é necessário que se encontre “soluções comuns” (DW, 2019).

O primeiro-ministro irlandês também se manifestou, dizendo que o governo irlandês iria buscar interromper os avanços do acordo UE-Mercosul se o Brasil não protegesse a floresta. Na Finlândia, o ministério das finanças sugeriu que a UE parasse de importar a carne bovina brasileira, “como resposta a destruição da Amazônia” (BBC, 2019). Por meio de suas redes sociais oficiais, o primeiro-ministro do Reino Unido destacou que os incêndios eram uma “crise internacional”, e se comprometeu a prestar apoio para “proteger uma das maiores maravilhas da terra” (JOHNSON, 2019).

Os chefes de Estados sul-americanos também expressaram suas preocupações com a situação da região e se colocaram à disposição para auxiliar os países afetados no combate ao fogo (G1, 2019). O secretário-geral da Nações Unidas, publicou em sua rede social que “estava profundamente preocupado com os incêndios na floresta amazônica”, destacou a importância da região para o planeta e que por conta disso ela deveria ser protegida (GUTERRES, 2019).

Diante disso, percebe-se que as falas desses líderes políticos seguem no mesmo sentido das falas do presidente francês, ressaltando a relevância mundial da Amazônia, caracterizando a situação como uma “crise global”, dando ênfase na necessidade de uma mobilização internacional para proteger a região. Toda essa movimentação internacional foi amplamente divulgada pela mídia nacional e internacional. E aliado a isso estavam as constantes declarações polêmicas do presidente brasileiro sobre a situação, o que colaborou para a construção da crise ambiental como uma “ameaça” que causaria impactos globais. É nesse contexto de intensa pressão internacional e nacional - a ameaça de boicote a produtos brasileiros desencadeou críticas, principalmente de agricultores - que o governo brasileiro anuncia a Operação Verde Brasil I, objetivando combater crimes ambientais na Amazônia Legal.

3.2 Mecanismos de fiscalização ambiental e a Operação Verde Brasil

De acordo com Silva e Pereira (2019), uma forma de inferir se ocorreu o processo de securitização é a partir da identificação de medidas extraordinárias adotadas. No caso da Operação Verde Brasil, constata-se que no mês de agosto de 2019 - o momento mais intenso das queimadas e, também, de maior repercussão na mídia - ocorreu a implementação de medidas que fogem do escopo normal. As queimadas na região da Amazônia Legal estão diretamente relacionadas à ação humana, pois a floresta amazônica não é o ambiente natural mais propício do planeta para o fogo. É, por definição, uma floresta úmida. Suas características ecológicas a colocam naturalmente como barreira ao fogo (ALENCAR ET AL., 2019).

Ademais, as queimadas acarretam diversos impactos negativos, tanto para o meio ambiente - contribuindo para o desequilíbrio ecológico, a destruição da fauna e flora -, quanto para a saúde da população - a poluição atmosférica e a redução da qualidade do ar. De modo que, por conta da Lei Ambiental brasileira (Lei Nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998), a qual estabelece as punições para atividades nocivas ao meio ambiente, os incêndios florestais amazônicos são considerados criminosos.

Como mencionado no tópico anterior, com as crescentes pressões e críticas de atores internacionais acerca da gestão da crise ambiental na Amazônia, o presidente brasileiro anunciou, em discurso transmitido em rede nacional, a deflagração da Operação Verde Brasil por meio do Decreto de GLO (Garantia da Lei e da Ordem), autorizando o emprego das Forças Armadas na fiscalização de crimes ambientais na Amazônia. A operação “Verde Brasil I” ocorreu entre 24 de agosto e 24 de setembro de 2019, nas áreas dos estados da Amazônia Legal (BRASIL, 2019). De acordo com o Ministério da Defesa, as missões de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) são realizadas exclusivamente por ordem da Presidência da República e ocorrem em situações em que existe o “esgotamento das forças tradicionais de segurança pública, em graves casos de perturbação da ordem” (BRASIL, 2022).

Nesse sentido, buscando inferir se a Operação Verde Brasil I caracteriza-se como uma medida excepcional, procurou-se, primeiramente, entender como funcionam os mecanismos de proteção e fiscalização ambiental brasileiro. Segundo as informações do Governo Federal, fiscalização ambiental é “o exercício do poder de polícia previsto na legislação ambiental”, além disso essas atribuições de fiscalização foram concedidas ao IBAMA pela lei nº 7735, de 22 de fevereiro de 1989 (BRASIL, 2022).

Além do IBAMA, que atua na esfera da União, os Estados, Municípios e Distrito Federal - os quais integram o SISNAMA (Sistema Nacional de Meio Ambiente) - também atuam na fiscalização ambiental. Em resumo, a fiscalização e a proteção do meio ambiente são atribuições principalmente do IBAMA, em coordenação com as polícias, especialmente as ambientais, tanto no âmbito nacional, quanto no âmbito regional. As ações de fiscalização contemplam uma série de áreas tais como atividades poluentes e contaminantes, empreendimentos e atividades licenciadas, fauna, flora, organismos geneticamente modificados (OGM), patrimônio genético, pesca (BRASIL, 2022).

Nesse contexto, compreendemos que a Operação Verde Brasil I foge do escopo normal da política de fiscalização ambiental brasileira. Caracterizando-se, então como uma medida excepcional. Destaca-se também, que essa foi a primeira vez em que foram editados decretos executivos específicos de GLO ambiental, fazendo com que as Forças Armadas fossem

empregadas imediatamente, com tempo e espaço determinado, no combate de crimes ambientais, o que evidencia o caráter emergencial da medida.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

A presente pesquisa tinha como objetivo principal analisar o processo de securitização da crise ambiental amazônica de 2019. Para cumprir com esse objetivo, foram selecionados dois objetivos específicos: identificação do agente securitizador e das medidas extraordinárias.

Diante disso, foi observado que um dos principais atores securitizadores foi o presidente francês, Emmanuel Macron. Ele desempenhou um papel crucial ao chamar a atenção internacional para a situação na Amazônia, classificando-a como uma "crise internacional" e pressionando por ações urgentes para combater os incêndios e preservar a floresta. As declarações públicas de Macron e suas críticas à gestão ambiental brasileira contribuíram para aumentar a visibilidade da crise, gerando debates sobre a interseção entre questões ambientais, segurança e soberania nacional. O envolvimento de líderes internacionais, como Macron, destacou a dimensão global da questão, influenciando a dinâmica das discussões e a resposta política à crise amazônica em 2019. Ressalta-se que, além do presidente francês, outros chefes de Estado também se posicionaram pedindo a proteção e preservação da região. Os líderes europeus se pronunciaram sobre os possíveis impactos para o andamento de acordos comerciais entre o Brasil e os países europeus.

As intensas críticas internacionais acerca das suas políticas ambientais e gestão do bioma amazônico, levou o governo brasileiro a mobilizar as Forças Armadas brasileiras para combater incêndios e atividades ilegais na região. O presidente brasileiro autorizou o uso das Forças Armadas na chamada "Garantia da Lei e da Ordem Ambiental" por meio da Operação Verde Brasil I. Foi identificado que essa medida foge do escopo das regras regulares de fiscalização ambiental, caracterizando-se, portanto, como uma medida excepcional. A medida visava fortalecer a fiscalização e as ações de combate ao desmatamento e incêndios, demonstrando um esforço governamental para lidar com a crise e proteger a Amazônia.

Entretanto, apesar de terem sido identificados elementos de securitização no processo de construção da crise ambiental amazônica como ameaça, essa pesquisa não conseguiu comprovar, de fato, a securitização. Uma vez que, segundo a teoria de Buzan, além do ator securitizador, o movimento securitizador e a medida excepcional, também é necessária a participação da audiência. O ator securitizador deve apresentar, diante de uma audiência, um

tema como ameaça à segurança, precisa haver medidas emergenciais para combater. A audiência precisa entender e aceitar esse discurso, para poder dar legitimidade para que o ator possa utilizar a medida excepcional (BUZAN ET AL, 1998).

Nesse sentido, no presente trabalho não foi possível estabelecer uma relação entre ator securitizador - movimento securitizador - audiência - medida excepcional. Principalmente, porque a teoria não oferece uma conceituação clara do que se considera uma audiência. E como mencionado por Silva e Pereira (2019), a dificuldade que os pesquisadores encontram na comprovação empírica da teoria está “principalmente ligada a demonstrar como determinada audiência recebe e reage aos discursos de securitização”.

Dessa forma, é importante reconhecer as limitações na comprovação empírica do processo de securitização na crise ambiental amazônica de 2019. Embora tenha sido identificado um ator securitizador e medidas excepcionais adotadas, a falta de uma clara definição e demonstração da audiência compromete a confirmação da securitização. A teoria de securitização demanda uma compreensão detalhada de como a audiência percebe e reage aos discursos de securitização, o que, muitas vezes, representa um desafio prático. Portanto, enquanto elementos de securitização foram identificados, a pesquisa destaca a complexidade e a necessidade de abordagens mais refinadas para examinar a interação entre atores e audiências no contexto da teoria de securitização.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, A., Moutinho, P.; Arruda, V.; Balzani, C.; Riberio, J. **Amazônia em Chamas - onde está o fogo: nota técnica nº 2**. Brasília: Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, 2019. Disponível em: <https://ipam.org.br/bibliotecas/amazonia-em-chamas-onde-esta-o-fogo/>
- ALVES, Beatriz P. C.; RAMOS, Lucas L.; SUARES, Luana S.; PASKEWICKS, Mariana M. **A POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO BOLSONARO: Os efeitos nas relações entre Brasil e União Europeia**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) – Universidade São Judas Tadeu. São Paulo, 2022.
- AMIN, M. M. **A Amazônia na geopolítica mundial dos recursos estratégicos no século XXI**. Revista Crítica de Ciências Sociais. Belém, [Online], ed.107/2015. Disponível em: <<http://rccs.revues.org/5993>>. Acesso em: 15 jun. 23
- BARBOSA, L. M. SOUZA, Matilde de. **Securitização das Mudanças Climáticas: o papel da União Europeia**. In: Contexto Internacional, v. 32, nº 1, p. 121-153. Rio de Janeiro, 2010
- BRASIL. Decreto Nº 9.985, DE 23 DE AGOSTO DE 2019. **Autoriza o emprego das Forças Armadas para a Garantia da Lei e da Ordem e em áreas da Amazônia Legal**. Brasília, DF: Presidência da República, 2019. Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/d9985.htm>. Acesso em: 15 jun. 23

BRASIL. Presidência da República. **Lei 9605/98**. Brasília, 1998.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **O que é fiscalização ambiental?** Disponível em: <[O que é fiscalização ambiental — Ibama \(www.gov.br\)](#)> Acesso em: 17 dez. 2023

_____. Ministério da Defesa. **Garantia da Lei e da Ordem**. Disponível em: <[Garantia da Lei e da Ordem — Ministério da Defesa \(www.gov.br\)](#)> Acesso em: 17 dez. 2023

BOLSONARO, Jair. **Lamento que o presidente Macron [...]**. Brasil, 22 ago. 2010. Twitter\X: @jairbolsonaro. Disponível em: <[Jair M. Bolsonaro no X: "- Lamento que o presidente Macron busque instrumentalizar uma questão interna do Brasil e de outros países amazônicos p/ ganhos políticos pessoais. O tom sensacionalista com que se refere à Amazônia \(apelando até p/ fotos falsas\) não contribui em nada para a solução do problema." / X \(twitter.com\)](#)>

_____. **O fogo que mais arde é o da nossa soberania sobre a Amazônia**. Brasil, 23 ago. 2010. Twitter\X: @jairbolsonaro. Disponível em: <[Jair M. Bolsonaro no X: "O fogo que mais arde é o da nossa soberania sobre a Amazônia. Assista, comente e COMPARTILHE. https://t.co/sCmvsS72z3" / X \(twitter.com\)](#)>

_____. **Uma mensagem para o Brasil e o mundo sobre a nossa Amazônia [..]**. Brasil, 24 ago. 2010. Twitter\X: @jairbolsonaro. Disponível em: <[Jair M. Bolsonaro no X: "- A message to Brazil and the world on the Brazilian Amazon and the disinformation campaign built against our nation's sovereignty. - Uma mensagem para o Brasil e para o mundo sobre a nossa Amazônia e a campanha de desinformação fabricada contra nossa soberania nacional. \(1/2\) https://t.co/yt9Ahkx2UJ" / X \(twitter.com\)](#)>

_____. **Não podemos aceitar que o presidente [...]**. Brasil, 24 ago. 2010. Twitter\X: @jairbolsonaro. Disponível em: <[Jair M. Bolsonaro no X: "- Não podemos aceitar que um presidente, Macron, dispare ataques descabidos e gratuitos à Amazônia, nem que disfarce suas intenções atrás da ideia de uma "aliança" dos países do G-7 para "salvar" a Amazônia, como se fôssemos uma colônia ou uma terra de ninguém." / X \(twitter.com\)](#)>

BUZAN, B.; WAEVER, O.; DE WILDE, J. **Security: A New Framework for Analysis**. 1ª ed. Boulder: Lynner Rienner Publishers, Inc, 1998. 202 p.

CARVALHO, Bruna M. **As políticas ambientais do governo Bolsonaro e suas consequências nas relações com o continente europeu**. In: Puc Minas Conjuntura. Setembro, 2019.

CONSELHO EUROPEU, Presidente (2014-2019: Donald Tusk). **Remarks before the G7 summit**. Biarritz, France. 24 de ago. 2019. Disponível em: <[Remarks by President Donald Tusk before the G7 summit in Biarritz, France - Consilium \(europa.eu\)](#)>

CORDEIRO, M. S. S.; NOVAES, R. B.; BARCELLOS, S. B. A questão ambiental e o governo Bolsonaro: entre conflitos ambientais e ideias conspiratórias. **Raízes: Revista de**

Ciências Sociais e Econômicas, [S. l.], v. 42, n. 2, p. 263–276, 2022. DOI: 10.37370/raizes.2022.v42.799. Disponível em: <<https://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/799>. Acesso em: 22 jan. 2024.>

De #BoycottBrazil a Amazônia no G-7: reação internacional à política ambiental de Bolsonaro. BBC, 2019. Disponível em: <[De #BoycottBrazil a Amazônia no G-7: reação internacional à política ambiental de Bolsonaro - BBC News Brasil](#)> Acesso em: 19 de ago. 2023

FAIRCLOUGH, Norman. Discurso e mudança social. Brasília: UnB, 2001

FRANÇA. Presidente (2017-Atual: Emmanuel Macron). **Declaração sobre os desafios da Cimeira do G7**. Biarritz, 24 de ago. 2019. Disponível em: <[Proferido 2019 - Emmanuel Macron 25/08/2019 Relações Internacionais | vie-publique.fr](#)>

_____. Presidente (2017-Atual: Emmanuel Macron). **Coletiva de imprensa sobre o programa nuclear iraniano, o comércio internacional e os incêndios na Amazônia**. Biarritz, 25 de ago. 2019. Disponível em: <[Proferido em 25 de agosto de em 24 de agosto de 2019 - Emmanuel Macron 24/08/2019 Grupo dos Sete | vie-publique.fr](#)>

GRIGOLI, G. DE A.; ALMEIDA, V. M. DE. A securitização da fronteira brasileira diante da crise migratória venezuelana: análise do processo de ordenamento da fronteira na perspectiva das Operações Controle e Acolhida. **Coleção Meira Mattos: revista das ciências militares**, v. 16, n. 55, p. 43-67, 23 dez. 2021.

HOFF, Natali L. Z. **George W. Bush e a Securitização do Terrorismo após os Atentados de 11 de setembro de 2001**. Conjuntura Global, vol. 6 n. 2, mai./ago, 2017, p. 246-266

Líderes mundiais pressionam o Brasil e pedem solução para incêndios na Amazônia; veja as declarações. G1, 2019. Disponível em: [Líderes mundiais pressionam Brasil e pedem solução para incêndios na Amazônia; veja as declarações | Mundo | G1 \(globo.com\)](#) . Acesso em: 19 de dez. 2023

MACRON, Emmanuel. **Notre maison brûle. Littéralement. L'Amazonie, le poumon de notre planète qui produit 20% de notre oxygène, est en feu [...]**. França, 22 de ago. 2019. Twitter\X: @EmmanuelMacron. Disponível em: <[Emmanuel Macron no X: "Notre maison brûle. Littéralement. L'Amazonie, le poumon de notre planète qui produit 20% de notre oxygène, est en feu. C'est une crise internationale. Membres du G7, rendez-vous dans deux jours pour parler de cette urgence. #ActForTheAmazon https://t.co/Og2SHvpR1P" / X \(twitter.com\)](#)>

MACRON, Emmanuel. **L'Amazonie absorbe 14% du CO2 mondial. La perte du premier poumon de la planète est un problème mondial [...]**. França, 26 de ago. 2019. Twitter\X: @EmmanuelMacron. Disponível em: <[Emmanuel Macron no X: "L'Amazonie absorbe 14% du CO2 mondial. La perte du premier poumon de la planète est un problème mondial. Aucun pays ne peut dire que ça le concerne seul. #ActForAmazon C'est pourquoi le #G7Biarritz se mobilise pour répondre à la crise. Voici ce que nous allons faire : https://t.co/bhld6GQZBd" / X \(twitter.com\)](#)>

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas (2003).

MENDES, Victor S.; GÓES, Lara. **A securitização do terrorismo nos atentados da França e as medidas excepcionais no Governo Hollande**. In: Relações Internacionais. Junho, 2023. pag: 65-79 <https://doi.org/10.23906/ri2023.78a05>

MERKEL E MACRON sobre a Amazônia: “Questão Global”. DW, 2019. Disponível em: <[Merkel e Macron sobre Amazônia: "Questão global" – DW – 26/08/2019](#)> Acesso em: 19 dez. 2023

MUHAMMAD, Ali; RIYANTO, Sugeng. **Estudos de Segurança Internacional: Origens, Desenvolvimento e Abordagens Divergentes**. Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais. v.10, n.20, jul./dez. 2021 | p.237-258

NDIAYE, Sibeth. **sur l'accueil des migrants dans l'Union européenne et les accords CETA et Mercosur**. [Entrevista cedida à] Jean-Jacques Bourdin. BFM TV. França, 2019. Disponível em: <[Prononcé le 2 juillet 2019 - Sibeth Ndiaye 2/07/2019 accueil des migrants UE accords CETA Mercosur | vie-publique.f](#)>. Acesso em: dez. 2023

PEREIRA, N. C.; SANTOS, L. A. DOS; CHAVES, N. DE C. F. **A Securitização do Narcotráfico Colombiano: Uma perspectiva construtivista**. In: Fronteira: revista de iniciação científica em Relações Internacionais, v. 17, n. 34, p. 204-220, 14 nov. 2018.

REIS, R. P. **Segurança, Contributo da Escola de Copenhaga**. **Revista Brasileira de Ciências Políticas**, Brasília, Brasil, v. 13, n. 9, p. 265–287, 2022. DOI: 10.31412/rbp.v13i9.898. Disponível em: <https://periodicos.pf.gov.br/index.php/RBCP/article/view/898>. Acesso em: 20 dez. 2023.

SILVA, C. C. V.; Pereira, A. E. (2019). **A Teoria de Securitização e a sua aplicação em artigos publicados em periódicos científicos**. In: Revista de Sociologia e Política. v. 27, n. 69, e007, 2019.

SILVA, Rafaela Paula Gonçalves da. **O Processo de securitização do narcotráfico transnacional**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) – Faculdade de Direito e Relações Internacionais, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2021.

SILVÉRIO, D; Silva, S.; Alencar, A.; e Moutinho, P. **Amazônia em Chamas: nota técnica. nº 1**. Brasília: Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, 2019. Disponível em: <https://ipam.org.br/bibliotecas/nota-tecnica-amazonia-em-chamas>

TANNO, Grace. **A Contribuição Da Escola de Copenhague aos Estudos de Segurança Internacional**. In: Contexto Internacional, vol.25, nº1. Rio de Janeiro, 2003, p.47-80.

WEAVER, O. (1995). **Securitization and Desecuritization**. In R. Lipschutz (Ed.), *On Security* (pp. 46–86). Columbia University Press.

YIN, Robert K. **Estudo de caso, planejamento e métodos**. 2.ed. São Paulo: Bookman, 2001.